

Alberto Kopittke
Marcos Rolim
Bernardo Everling Ribas
Thiago Medeiros Magnus

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO
POLICIAMENTO BASEADO
EM EVIDÊNCIAS

POLÍCIA QUE FUNCIONA

BRASIL - 2026

O que a ciência já descobriu sobre os programas policiais no Brasil
e como usar esse conhecimento para reduzir a violência

Alberto Kopittke
Marcos Rolim
Bernardo Everling Ribas
Thiago Medeiros Magnus

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO
POLICIAMENTO BASEADO
EM EVIDÊNCIAS

POLÍCIA QUE FUNCIONA

BRASIL - 2026

O que a ciência já descobriu sobre os programas policiais no Brasil
e como usar esse conhecimento para reduzir a violência



Conhecer

© 2026 Alberto Kopittke, Marcos Rolim, Bernardo Everling Ribas e Thiago Medeiros Magnus
© 2026 Editora Acadêmica do Brasil - EAB Editora
Publicado em 2026

Conselho Editorial

Diego José Baccin
Jacopo Paffarini
Jandir Pauli
Jean Von Hohendorff
Marisa Basegio Carreta Diniz
Nadiane Feldkercher
Paulo César Carbonari
Sidinei Cruz Sobrinho
Valdevir Both
Volmir José Brutscher

Uma iniciativa



Edição: EAB Editora
Projeto gráfico: Diego Ecker e Rodrigo Oscar Roman
Diagramação: João Moro de Oliveira
Capa original: Rubens Lima
Adaptação da capa original: Rodrigo Oscar Roman
Revisão: Araceli Pimentel Godinho

Para comentários, críticas e sugestões sobre o conteúdo do livro envie mensagem para: segurancaeevidencias@gmail.com
Para mais informações sobre SPBE acesse www.segurancaeevidencias.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório de sistematização policiamento baseado em evidências
[livro eletrônico] : polícia que funciona : o que a ciência já descobriu sobre os programas policiais no Brasil e como usar esse conhecimento para reduzir a violência / Alberto Kopittke...[et al].
-- Passo Fundo, RS : Conhecer, 2026. PDF

Outros autores: Marcos Rolim, Bernardo Everling Ribas, Thiago Medeiros Magnus.

ISBN 978-65-84710-11-5
DOI [10.61085/9786584710115](https://doi.org/10.61085/9786584710115)

1. Bem-estar social 2. Crimes - Aspectos sociais 3. Crimes - Combate
4. Crimes - Prevenção 5. Policiais militares 6. Relatórios 7. Segurança pública 8. Violência urbana I. Kopittke, Alberto. II. Rolim, Marcos.
III. Ribas, Bernardo Everling. IV. Magnus, Thiago Medeiros.

26-384173.0

CDD-363.109

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança pública : Problemas sociais 363.109
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Direitos desta edição reservados à

Editora Acadêmica do Brasil Editoração e Diagramação LTDA - EAB Editora
Rua Senador Pinheiro, 350 – Sala 01 – Bairro Vila Rodrigues
99070-220 – Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil
www.eabeditora.com.br – contato@eabeditora.com.br

Sumário

7

9

12

1. Mortes violentas.....	12
2. Violência contra as mulheres	15
3. Roubos e furtos	16
4. Uso da força e letalidade policial	18
5. Educação e prevenção às drogas.....	19
6. Saúde mental, percepção de segurança e legitimidade.....	21

22

23

24

25

27

39

43



Este relatório traduz os achados da primeira revisão sistemática já feita no Brasil sobre a efetividade de programas realizados *pelas polícias e para os policiais*. Foram encontrados e analisados 74 estudos de alta qualidade que mediram o impacto de 24 tipos de programas sobre a violência, o crime e o bem-estar de policiais e da população.

■ Autores

Alberto L. W. Kopittke - Instituto Cidade Segura (ICS), RS, Brasil

Marcos Rolim - Universidade La Salle - PPG Direito

Bernardo Everling Ribas - Instituto Cidade Segura (ICS), RS, Brasil

Thiago Medeiros Magnus - Instituto Cidade Segura (ICS), RS, Brasil

■ Palavras-chave

Segurança pública baseada em evidências; polícia; homicídios; prevenção à violência; políticas públicas.

Em resumo

O policiamento baseado em evidências significa tomar decisões baseado nas melhores evidências científicas sobre o que funciona e não em intuições, tradições ou crenças (Sherman, 1998). Essa mesma ideia transformou profundamente a medicina e diferentes áreas do conhecimento humano nos últimos 100 anos e desde os anos 1970 chegou na área de policiamento, com a realização de experimentos pioneiros. Hoje, centenas de avaliações de alta qualidade já foram realizadas por polícias em diferentes países, permitindo separar o que comprovadamente reduz a violência de estratégias que não se mostravam efetivas (Lum; Koper, 2017; Weisburd; Eck, 2004). A adoção dessa visão por polícias e governos em todo o mundo, o que tem sido associado a reduções históricas de criminalidade, melhoria na qualidade de vida dos policiais, uso mais racional dos recursos públicos e redução de efeitos colaterais indesejados (Sherman, 2013).

O Brasil convive com uma grave crise de violência há meio século, mas felizmente a produção de evidências sobre o que funciona tem sido cada vez maior, porém essas evidências se encontram dispersas e ainda não são muito utilizadas para formular estratégias e programas. Este relatório reúne esse conhecimento pela primeira vez, apresentando as evidências sobre o que sabemos que funciona e o que não funciona em relação ao trabalho da polícia no Brasil.

■ Os números do estudo

- Foram encontrados 7.395 estudos. Após uma triagem rigorosa, 74 avaliações de impacto de alta qualidade foram incluídas.
- Esses estudos avaliaram 24 tipos de programas policiais, sobre temas como estratégias de policiamento, gestão das organizações policiais, violência contra as mulheres, atuação das polícias em programas de prevenção e programas voltados para a saúde mental dos policiais.
- As evidências foram reunidas em resultados como violência letal, violência contra a mulher, crimes patrimoniais, uso da força, saúde mental de policiais e indicadores de prevenção à violência.

- Em metade dos resultados analisados (50,5%), o programa melhorou o indicador pretendido.

■ O que tem as melhores evidências

- **Ações Territoriais Integradas em Comunidades Vulneráveis** (18 estudos) — programas como UPPs, Fica Vivo! e Territórios da Paz, que combinam prevenção, urbanismo e policiamento em áreas dominadas por grupos criminais, reduziram mortes violentas em **8,5% a 46%**.
- **Gestão por Resultados** (11 estudos) — modelos de gestão focados em metas e monitoramento, com quedas de **10% a 50%** nas mortes violentas em nove estados e no Distrito Federal.
- Outros programas promissores ou efetivos: **câmeras corporais** (reduzem letalidade e uso da força), **dissuasão focada** (–30% a –38% em homicídios), **policiamento em pontos quentes** (–13% a –57% em roubos), **Delegacias da Mulher (DEAMs)** e **mindfulness** para a saúde mental dos policiais.

■ O que não funciona – ou piora

- **Greves policiais**: associadas a **aumentos de 100% a 182%** nas mortes violentas.
- **Intervenção Federal** (caso do Rio de Janeiro): sem impacto sobre mortes violentas ou roubos.
- **PROERD**: o maior programa de prevenção às drogas do país não reduziu o uso de substâncias e mostrou **risco de aumento do consumo de álcool** entre adolescentes que já o haviam experimentado.

A mensagem central: o Brasil já dispõe de um conjunto robusto de evidências nacionais, produzidas por milhares de policiais em programas reais e por cientistas brasileiros; elas mostram que é possível reduzir a violência. O desafio agora é **usar esse conhecimento de forma sistemática** — e continuar produzindo novas evidências.

Por que este relatório

A população brasileira enfrenta uma grave crise de violência há cerca de cinquenta anos (Cerqueira, 2010; Ipea; FBSP, 2025). Um dos motivos da dificuldade em superá-la é a pouca utilização das evidências já acumuladas sobre o que funciona e o que não funciona para reduzir a violência (Beato Filho *et al.*, 2002; Kopittke; Ramos, 2021; Rolim, 2006).

Em resposta a esse cenário, ganhou força no mundo uma abordagem chamada **Segurança Pública Baseada em Evidências** (SPBE). Inspirada no modelo da saúde pública, ela defende que as decisões sobre qual solução adotar sejam tomadas com base nas melhores avaliações de impacto disponíveis (Sherman, 1998). Isso reduz o peso de crenças e opiniões pessoais, aumenta a efetividade das ações, melhora o uso dos recursos públicos e evita efeitos colaterais (Farrington; Welsh, 2012; Lum; Koper, 2017; Sherman, 2013).

Descobrir “o que funciona” por meio de milhares de avaliações de alta qualidade tem ajudado polícias e governos de todo o mundo a superar crises e a alcançar alguns dos menores índices de violência de sua história (Pinker, 2018; Sherman, 2013). No Brasil, a produção de evidências na área vem crescendo, a ponto de o país já ser considerado uma referência regional (Cano *et al.*, 2024; Kopittke, 2019). Faltava, porém, reunir tudo isso em um só lugar. As **revisões sistemáticas** — pesquisas que juntam, avaliam e resumem as melhores evidências sobre um tema — são justamente o instrumento para isso (Clarke; Horton, 2001). Até agora, nenhuma havia sistematizado o conjunto das evidências sobre as polícias brasileiras, o que mantinha esse conhecimento fragmentado e difícil de usar.

Este relatório apresenta, em linguagem acessível, os resultados dessa primeira revisão.

■ Como o estudo foi feito, em poucas palavras

A revisão seguiu padrões internacionais reconhecidos (Manual da Campbell Collaboration e checklist PRISMA) e classificou as evidências com base no Relatório Maryland (Sherman, 1998). O caminho, de forma simplificada, foi o seguinte:

1. **Busca ampla.** Entre setembro e outubro de 2025, foram pesquisadas dez bases nacionais e internacionais (CAPES, SciELO, PubMed, Scopus, SSRN, entre outras), além de teses, dissertações e literatura “cinzenta”. No total, **7.395 estudos** foram identificados.
2. **Triagem.** Após remover duplicados e ler títulos e resumos, restaram 834 trabalhos; a leitura completa de 167 levou à seleção final.
3. **Só as evidências mais confiáveis.** Foram mantidos apenas estudos capazes de estabelecer causa e efeito — experimentos com sorteio (RCTs) e estudos quase experimentais com grupo de comparação —, atingindo pelo menos o nível 3 da Escala Maryland. Resultado: **74 estudos**.
4. **Organização.** Os estudos foram agrupados em 24 tipos de programa e em seis grandes temas, e cada programa recebeu uma classificação (de “funciona” a “piora”) conforme a força e a direção das evidências.

Uma descrição metodológica mais detalhada está na Nota Metodológica, ao final do relatório.

■ Como ler os resultados

Cada programa foi classificado de acordo com o número de estudos que apontaram melhora, ausência de efeito ou piora do indicador. Quanto mais estudos na mesma direção, mais forte a conclusão.

 Funciona	Dois ou mais estudos mostraram que o programa melhorou o indicador.
 Promissor	Um estudo mostrou melhora.
 Indefinido	Número parecido de estudos apontou melhora e piora — sem conclusão clara.
 Possivelmente não funciona	Um estudo indicou ausência de efeito.

 Não funciona	Dois ou mais estudos não encontraram melhora nem piora.
 Piora / Risco de piora	Um ou mais estudos indicaram que o programa piorou o indicador.

O “nível de evidência” nas tabelas indica quantos estudos sustentam a conclusão: baixo (1–2 estudos), médio (3–4) e alto (5 ou mais).

Panorama dos 74 estudos

A maioria dos estudos é recente: **dois terços foram publicados entre 2020 e 2025**. Predominam avaliações quase experimentais (65) sobre experimentos com sorteio (9), e a maior parte foi produzida por economistas (67,6%), seguidos por cientistas sociais e pesquisadores da saúde. Todas as regiões do país aparecem, com destaque para Nordeste e Sudeste. Somando todos os resultados medidos, cerca de **metade indicou melhora**, pouco mais de 40% não encontraram impacto e cerca de 7% apontaram piora.

O que a evidência mostra

A seguir, os resultados organizados por tema. Em cada um, as tabelas listam os programas do mais efetivo ao menos efetivo, com o impacto estimado e a força das evidências.

1. Mortes violentas

Este é o tema com mais evidências. As **Ações Territoriais Integradas** concentram o maior número de estudos (18, sobre quatro programas — com destaque para as UPPs, com 13). As evidências indicam forte efetividade na redução de mortes violentas e tiroteios. Em seguida, a **Gestão por Resultados** (11 estudos, em dez unidades da federação) mostra-se altamente efetiva, com quedas de 10% a 50%. A **dissuasão focada** — a estratégia com melhor evidência internacional para homicídios — produziu quedas de 30% a 38% em duas experiências no Rio Grande do Sul.

No lado oposto, a **Intervenção Federal** não teve efeito sobre as mortes, e as **greves policiais** estiveram associadas a aumentos de 100% a 182% (Aziani, 2022; Guerra, 2023).

MORTES VIOLENTAS*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Gestão por Resultados	 Funciona	Mortes violentas: -10% a -50% (13 desfechos melhoram, 3 sem impacto) · 11 estudos	 Alta
Ações Territoriais Integradas em Comunidades Vulneráveis	 Funciona	Mortes violentas: -8,5% a -46% (melhoram em 12 desfechos, 5 sem impacto, 2 pioram) · 16 estudos Tiroteios em favelas: -20% a -76% (2 desfechos melhoram) · 2 estudos	 Alta
Dissuasão Focada	 Funciona	Mortes violentas: -30% a -38% (2 desfechos melhoram) · 2 estudos	 Baixa
Melhoria dos sistemas de análise criminal	 Funciona	Mortes violentas: -16% a -37% (2 desfechos melhoram) · 2 estudos	 Média
Policiamento em pontos quentes	 Promissor	Mortes violentas: -48,15% (1 desfecho melhora)	 Baixa
Plano Municipal Integrado	 Promissor	Mortes violentas: -38% (1 desfecho melhora)	 Baixa
Blitz	 Promissor	Crimes violentos: -35% (1 desfecho melhora)	 Baixa
Descentralização administrativa	 Promissor	Mortes violentas: -18% (1 desfecho melhora)	 Baixa
Pagamento da folga	 Promissor	Mortes violentas: -12% (1 desfecho melhora)	 Baixa

* Inclui mortes violentas, crimes violentos e tiroteios.

MORTES VIOLENTAS*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Investigação de homicídios	     Promissor	Mortes violentas: -8,6% (1 desfecho melhora)	   Baixa
Guarda Municipal	     Indefinido	Mortes violentas: indefinido (2 desfechos melhoram, 3 sem impacto) · 5 estudos	   Média
Saturação	     Indefinido	Mortes violentas: indefinido (1 desfecho melhora, 1 sem impacto) · 2 estudos	   Baixa
Câmeras de Corpo	     Possivelmente não funciona	Mortes violentas: sem impacto (1)	   Baixa
Forças Armadas na Área de Fronteira	     Possivelmente não funciona	Mortes violentas: sem impacto (1)	   Baixa
Intervenção Federal	     Não funciona	Mortes violentas: sem impacto (2) · 2 estudos	   Baixa
Greve	     Piora	Mortes violentas: +100% a +182% (2 desfechos pioram) · 2 estudos	   Baixa

2. Violência contra as mulheres

Chama a atenção a **escassez de evidências** para um problema tão grave. Apenas três tipos de programa mostraram melhora. As **câmeras corporais** aumentam o registro das ocorrências (Barbosa *et al.*, 2021; Monteiro *et al.*, 2022). As **Delegacias da Mulher (DEAMs)** reduzem a violência letal — sobretudo entre mulheres jovens (15 a 24 anos) de capitais e regiões metropolitanas (Arvate *et al.*, 2022; Perova; Reynolds, 2017; Schiavon, 2017). A **Gestão por Resultados** aparece com impacto menor.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Câmeras de Corpo	 Funciona	Registros de Violência contra as mulheres: +70% a +102% (2 desfechos melhoram) · 2 estudos	 Alta
DEAM	 Funciona	Violência letal contra as mulheres: -10% a -70% (6 desfechos melhoram, 4 sem impacto) · 3 estudos	 Alta
Gestão por Resultados	 Promissor	Violência letal contra as mulheres: -5,5% a -2,5% (2 desfechos melhoram) · 1 estudos	 Baixa

* Este módulo inclui desfechos relacionados à violência contra as mulheres e à violência letal contra as mulheres.

3. Roubos e furtos

O **policimento em pontos quentes** se destaca, com reduções de 13% a 57% nos roubos — incluindo o Experimento de Curitiba (Monteiro *et al.*, 2023). As **Ações Territoriais Integradas** também apresentam impacto relevante (20% a 30% de queda nos roubos). Já a **Intervenção Federal** não funcionou, e as **greves** foram associadas a aumentos de 100% a 200% nos roubos.

ROUBOS E FURTOS*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Policiamento em pontos quentes	 Funciona para roubos, indefinido para furtos	Roubos: -13,6% a -57,5% (3 desfechos melhoram). Furtos: indefinido (1 desfecho melhora, 1 sem impacto) · 3 estudos	 Média
Ações Territoriais Integradas em Comunidades Vulneráveis	 Funciona para roubos, promissor para furtos	Roubos: -20% a -30% (4 desfechos melhoram, 2 sem impacto) · 7 estudos Furtos: -57,8% a -62,4% (2 desfechos melhoram, 1 sem impacto) · 3 estudos	 Alta
Policiamento Comunitário	 Promissor	Roubos: -7,5% (1 desfecho melhora) Furtos: -10% (1)	 Baixa
Gestão por Resultados	 Indefinido	Crimes contra o patrimônio: -24% (1 desfecho melhora) · 1 estudo Roubos: sem impacto (1) · 1 estudo	 Baixa
Disque Denúncias	 Indefinido	Crimes contra o patrimônio: indefinido (1 desfecho melhora, 1 sem impacto) · 1 estudo	 Baixa

* Este módulo inclui desfechos relacionados a roubos, furtos e crimes gerais contra o patrimônio.

ROUBOS E FURTOS*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Câmeras de Corpo	 Indefinido	Roubo: +44% risco de piora (1 desfecho sem impacto, 1 piora). Furtos: sem impacto (1) · 2 estudos	 Baixa
Dissuasão Focada	 Possivelmente não funciona	Roubos: -7% (1 desfecho melhora) Furtos: sem impacto (1). Crimes contra o patrimônio: sem impacto (1) · 1 estudo	 Baixa
Plano Municipal Integrado	 Possivelmente não funciona	Roubos: -7% (1 desfecho melhora) Furtos: sem impacto (1) Crimes contra o patrimônio: sem impacto (1) · 1 estudo	 Baixa
Descentralização administrativa	 Possivelmente não funciona	Roubos: sem impacto (1)	 Baixa
Guarda Municipal	 Possivelmente não funciona	Crimes contra o patrimônio: possivelmente não funciona (1 desfecho melhora, 2 sem impacto) · 3 estudos	 Média
Intervenção Federal	 Não funciona	Roubos: sem impacto (2) · 2 estudos	 Baixa

ROUBOS E FURTOS*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Greve	 Piora para roubos, não funciona para furtos.	Roubos: +100% a +203% (2 desfechos pioram). Furtos: sem impacto (2) · 2 estudos	 Baixa

4. Uso da força e letalidade policial

As **câmeras corporais** reduziram tanto a letalidade policial (−45% a −90%) quanto o uso da força (−51% a −63%), com destaque para evidências experimentais. As **Ações Territoriais Integradas** (em especial as UPPs) também reduziram a letalidade. Em contraste, a **revista policial** apresentou risco de aumento no uso da força — sua aplicação deve ser criteriosamente direcionada.

USO DA FORÇA E LETALIDADE POLICIAL*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Câmeras de Corpo	 Funciona	Letalidade policial: -45% a -90% (3 desfechos melhoram) · 3 estudos Uso da força pela polícia: -51% a -63% (3) · 3 estudos	 Média
Ações Territoriais Integradas em Comunidades Vulneráveis (UPPs)	 Funciona	Letalidade policial: -9% a -84% (3 desfechos melhoram) · 3 estudos Policiais mortos e feridos: -38% a -78% · 1 estudo	 Média

* Este módulo inclui desfechos sobre letalidade policial, uso da força pela polícia e policiais mortos e feridos.

USO DA FORÇA E LETALIDADE POLICIAL*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Guarda Municipal	 Promissor	Uso da força pela polícia: -1,4% (1 desfecho melhora)	 Baixa
Revista Policial	 Risco de piora	Uso da força pela polícia: +21% (1 desfecho piora)	 Baixa

5. Educação e prevenção às drogas

O experimento do **PROERD** em São Paulo — possivelmente o maior programa de prevenção do país — não produziu efeito significativo sobre o uso de drogas nem sobre o ambiente escolar, considerando 23 desfechos, e indicou risco de aumento do consumo de álcool entre adolescentes que já o haviam experimentado (Valente; Sanchez, 2022). Isso está em linha com o que a literatura internacional observa há 30 anos.

EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO ÀS DROGAS*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Ações Territoriais Integradas em Comunidades Vulneráveis (UPPs)	 Indefinido	Rendimento e ambiente escolar: indefinido (4 desfechos melhoram, 4 sem impacto) · 3 estudos	 Alta
Dissuasão Focada	 Possivelmente não funciona	Rendimento e ambiente escolar: sem impacto (1)	 Baixa

* Inclui desfechos relacionados ao rendimento e ao ambiente escolar, bem como à prevenção ao uso de drogas.



EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO ÀS DROGAS*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Plano Municipal Integrado	 Possivelmente não funciona	Rendimento e ambiente escolar: sem impacto (1)	 Baixa
Policiais da reserva em escola	 Não funciona	Rendimento e ambiente escolar: não funciona (6 desfechos sem impacto) · 1 estudo Uso de drogas: sem impacto (1)	 Média
PROERD	 Risco de Piora	Uso de drogas: risco de piora de 62% a 93% (piora em 2 desfechos, sem impacto em 23) · 5 estudos Rendimento e ambiente escolar: indefinido (1 desfecho melhora, 1 sem impacto, 1 piora) · 1 estudo	 Alta

6. Saúde mental, percepção de segurança e legitimidade

Intervenções de **mindfulness** apresentaram forte evidência de melhora na saúde mental dos policiais, incluindo um experimento com policiais civis e guardas municipais (Trombka *et al.*, 2021). Para a saúde mental da população em geral, a **Gestão por Resultados** aparece associada a benefícios relevantes.

SAÚDE MENTAL, PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA E LEGITIMIDADE*			
Programa / estratégia	Resultado	Impacto estimado	Qualidade das evidências
Mindfulness	 Funciona	Qualidade de vida e saúde mental policial: +15% a +27% (9 desfechos melhoram, 2 sem impacto) · 2 estudos	 Alta
Gestão por Resultados	 Funciona	Saúde mental da população: -22% a -51% (2 desfechos melhoram) · 1 estudo	 Baixa
Revista Policial	 Indefinido	Percepção de segurança: indefinido (1 desfecho melhora, 1 sem impacto) Uso da força pela polícia: +21% (1 piora) Legitimidade: sem impacto (1) · 1 estudo	 Baixa
Policiamento Comunitário	 Possivelmente não funciona	Legitimidade da polícia: sem impacto (1) Percepção de segurança: sem impacto (1) · 1 estudo	 Baixa

* Inclui mortes violentas, crimes violentos e tiroteios.

As principais lições

- **Integrar prevenção e policiamento funciona.** As Ações Territoriais Integradas se mostraram altamente efetivas contra um dos problemas mais graves do país — o domínio de comunidades por grupos criminais — e podem ser aprimoradas por modelos de “segunda geração” (Kopittke, 2023).
- **Gestão por Resultados deve ser política de Estado.** Por ser altamente efetiva, deveria ser adotada de forma permanente por estados e municípios, e não apenas como programa de um governo específico.
- **A dissuasão focada tem grande potencial.** Estratégia com a melhor evidência internacional para homicídios (Braga *et al.*, 2019), começa a mostrar bons resultados no Brasil contra crises provocadas por grupos armados.
- **Câmeras corporais ajudam a controlar a letalidade.** Reduzem letalidade e uso da força — informação importante para um equipamento cada vez mais adotado no país.
- **Pontos quentes tornam o patrulhamento mais eficiente.** Concentrar o policiamento ostensivo nos locais certos aumenta sua efetividade preventiva, sobretudo contra roubos.
- **Faltam evidências onde mais se precisa.** Violência contra a mulher e saúde mental de policiais — dois problemas gravíssimos — têm pouquíssimas avaliações de impacto no país.
- **Nem tudo que é popular funciona.** Programas amplamente aplicados, como o PROERD, podem não ter o efeito esperado — o que reforça a importância de avaliar antes de expandir.

Para dimensionar o avanço: uma revisão recente de estudos em inglês, publicados até 2022, identificou 274 avaliações de estratégias de policiamento (Koper *et al.*, 2025). A grande diferença está no número de experimentos com sorteio: 79 em inglês, contra apenas 9 no Brasil. É aí que o país mais precisa avançar.

Recomendações

Para consolidar uma cultura de policiamento baseado em evidências, é preciso ação coordenada entre governos, instituições de controle, polícias e academia (Lum; Koper, 2017):

1. **Governos e agências financiadoras (federal, estaduais, municipais e internacionais):** financiar experimentos de forma permanente e apoiar projetos-piloto que testem os programas com melhores evidências.
2. **Ministérios Públicos e Tribunais de Contas:** exigir, de forma mais sistemática, o uso de evidências na formulação das políticas de segurança.
3. **Dirigentes das instituições policiais:** incorporar esse conhecimento no desenho dos modelos de gestão e na operação cotidiana das forças de segurança.
4. **Academias de Polícia e de Guardas Municipais:** tornar o policiamento baseado em evidências um pilar da formação profissional, como já fazem grandes organizações policiais internacionais.
5. **Centros de pesquisa:** engajar-se na construção de experimentos junto às polícias, ligando o conhecimento acadêmico à prática institucional.

Limitações

Alguns percentuais de impacto foram estimados a partir de informações incompletas, já que nem todos os estudos apresentaram resultados em formatos igualmente comparáveis. Além disso, esta revisão **não é uma metanálise**: as projeções de impacto não têm a mesma precisão estatística de uma síntese quantitativa feita a partir dos dados originais. Ainda assim, o conjunto de evidências é robusto e aponta direções claras.

Apesar das dificuldades, a conclusão é encorajadora: o Brasil já sabe muito sobre como reduzir a violência; o próximo passo é transformar esse conhecimento em prática.

Esta revisão não teve protocolo registrado previamente em bases públicas como o PROSPERO ou o Open Science Framework (OSF). Os critérios de inclusão, a estratégia de busca e as regras de classificação das evidências foram definidos antes do início da triagem e estão descritos integralmente na Nota Metodológica.

A busca nas bases indexadas foi complementada com o uso de inteligência artificial (ChatGPT, da OpenAI) para identificar eventuais estudos não localizados nas buscas tradicionais.

Este é um relatório institucional e não passou por revisão por pares. O texto foi revisado internamente pela equipe do Instituto Cidade Segura e pelos autores, mas não foi submetido ao escrutínio anônimo de avaliadores externos que caracteriza a publicação em periódico científico. Isso não afeta a qualidade dos estudos reunidos, avaliados individualmente segundo o desenho metodológico, mas significa que as decisões de agrupamento, classificação e síntese aqui adotadas ainda não foram examinadas por terceiros independentes. Críticas e correções são bem-vindas pelo endereço indicado na página de créditos.

Nota metodológica

■ Critérios de inclusão (PICOS)

- **Participantes:** intervenções realizadas em território brasileiro.
- **Intervenção:** apenas ações realizadas por, para ou com policiais.
- **Controle:** uso de grupo de comparação — por sorteio (experimentos) ou por pareamento/controle estatístico das variáveis antes da intervenção (quase experimentos). Também foram elegíveis séries temporais interrompidas com testes de ruptura estrutural e séries comparativas com grupos de referência.
- **Desfecho:** qualquer resultado, desde que a intervenção tenha sido feita por policiais.
- **Desenho:** métodos experimentais ou quase experimentais, atingindo pelo menos o nível 3 da Escala Maryland (Sherman *et al.*, 1997), segundo os critérios de Madaleno e Waight (2015). Foram aceitos estudos em português e inglês, sem restrição temporal.

■ Exclusões

Excluíram-se estudos que analisaram apenas efeitos de leis ou decisões judiciais (que não medem diretamente a intervenção policial), os que não descreveram adequadamente o grupo de comparação e os sem testes de robustez replicáveis.

Busca

A busca manual (17/09/2025 a 30/10/2025) cobriu bases nacionais (CAPES, SciELO, BVS/VS) e internacionais (PubMed, ERIC, PsycInfo, SSRN, Scopus), além de Google, Google Scholar e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES para a literatura cinzenta, com uso complementar de inteligência artificial para identificar estudos não localizados nas buscas tradicionais. Foram consultadas ainda as referências dos estudos incluídos e revisões anteriores (Cano *et al.*, 2024; Kopittke; Ramos, 2021; United Kingdom Home Office, 2024).

Síntese

Cada estudo teve sua metodologia avaliada e cada desfecho foi classificado como positivo, nulo ou negativo, adotando-se $p < 0,10$ como corte de significância (Ramos, 2014). Os programas foram agrupados conforme as categorias usadas em portais internacionais de evidência, em especial o do BID. Territórios da Paz (Pronasci), Fica Vivo! e UPPs foram reunidos sob “Ação Territorial Integrada em Comunidades Vulneráveis” por compartilharem o foco em comunidades vulneráveis e a combinação de prevenção e policiamento. A síntese seguiu a metodologia do Relatório Maryland (Sherman *et al.*, 1997), com pequenas adaptações.

Referências

ALMEIDA, E. S. de; CASTRO, L. S. de. The great Paulista crime decline puzzle. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 47. ANPEC, 2019. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_l/i10-deca550030a55a5e-0b7f0bc8b591610d.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

ANDRADE, E. R.; SOUSA, E. R.; MINAYO, M. C. de S. Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 275–285, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FmHDf4xy7cTKKk4Cch3qMCg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2026.

ARVATE, P. *et al.* Structural advocacy organizations and intersectional outcomes: Effects of women’s police stations on female homicides. *Public Administration Review*, Washington, D.C., v. 82, n. 3, p. 503–521, 2022.

ARVATE, P.; SOUZA, A. P. Armed police and violence: Evidence from a quasi-natural experiment in Brazil. *Economic Modelling*, Amsterdam, n. 111, p. 105825, 2022.

AZIANI, A. What happens when the police go on strike? Homicides increase. Evidence from Ceará, Brazil. *Global Crime*, London, v. 23, n. 4, p. 365–391, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17440572.2022.2098121>. Acesso em: 15 jul. 2026.

BARBOSA, D. *et al.* De-escalation technology: The impact of body-worn cameras on citizen–police interactions. *CAGE Working Paper*, Coventry, n. 581, 2021.

BARROS JR., F. *et al.* Bonus for firearms seizures and police performance. *Economics Letters*, Amsterdam, n. 217, p. 110681, 2022.

BEATO FILHO, C. C. *et al.* Atlas da criminalidade em Belo Horizonte. Belo Horizonte: CRISP/UFGM, 2002.



BEATO FILHO, C. C.; SILVA, B. F. A. da; TAVARES, R. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. Dados, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 687–717, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/4DHNZKzCRmtC7MXDqfKHhZD/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2026.

BEVILAQUA, C. T. de C.; MENEZES, R. T. de. Avaliação do impacto da intervenção federal no Rio de Janeiro sobre a taxa de homicídios por cem mil habitantes. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/931007>. Acesso em: 15 jul. 2026.

BLAIR, G. *et al.* Community policing does not build citizen trust in police or reduce crime in the Global South. Science, Washington, D.C., v. 374, n. 6571, p. eabd3446, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.abd3446>. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRAGA, A. *et al.* Focused deterrence strategies effects on crime: A systematic review. Campbell Systematic Reviews, 2019.

BRITO, N. M. P. M. de; ARAÚJO, J. M. de. Avaliação de impacto do Programa Paraíba Unida pela Paz. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA – ANPEC NORDESTE, 26. ANPEC, 2021. Disponível em: https://www.anpec.org.br/nordeste/2021/submissao/arquivos_identificados/055-1d87cd5dcdff205720e8ab8831512ef5.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

BUTELLI, P. H. Avaliação de impacto de políticas de segurança: O caso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/83f01462-c759-4de5-a508-129d3296ef44>. Acesso em: 15 jul. 2026.

BUTELLI, P. H. O impacto das UPPs sobre a performance escolar no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, 2012.

CABRAL, M. V. de F. Avaliação do impacto do Infocrim sobre as taxas de homicídios nos municípios paulistas: Uma aplicação do método de diferenças em diferenças

espaciais. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

CANO, Ignacio; ROJIDO, Emiliano; BORGES, Dorian. ¿Qué funciona para reducir homicidios en América Latina y el Caribe? Una revisión sistemática de las evaluaciones de impacto. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2024. ISBN 978-9915-9484-7-8.

CARDOSO, E. N. Avaliação de impacto do Programa RS Seguro sobre a criminalidade violenta no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/63975>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CARVALHO, J. R.; GUERRA, M. Is crime displacement inevitable? Evidence from police crackdowns in Fortaleza, Brazil. arXiv Preprint, [S. l.], arXiv:2503.13571, 2025. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/2503.13571>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CASTRO, T. E. de; JUSTUS, M.; KASSOUF, A. L. Assessing the impact of public policy on homicide rates in Brazil: The case of PRONASCI program. Criminal Justice Review, Thousand Oaks, v. 46, n. 4, p. 495–509, 2021.

CERQUEIRA, D. R. de C. Causas e consequências do crime no Brasil. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CERQUEIRA, D. R. de C. *et al.* Uma avaliação de impacto de política de segurança pública: O Programa Estado Presente do Espírito Santo. Texto para Discussão 2543. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

KOPER, C. S.; LUM, C.; TELEP, C. W.; PETERSEN, K. The evidence-based policing matrix at 14 years. Journal of Experimental Criminology, Dordrecht, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11292-025-09725-1>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CLARKE, M.; HORTON, R. Bringing it all together: Lancet–Cochrane collaborate on systematic reviews. *The Lancet*, London, v. 357, n. 9270, p. 1728, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(00\)04934-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(00)04934-5). Acesso em: 15 jul. 2026.

COSTA, A. B.; CHAVES, R. F. Resistance to doing right: Rising cost of misconduct from body-worn cameras adoption and its unintended consequences for de-policing and crime in vulnerable areas. SSRN, Rochester, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.5441274>. Acesso em: 15 jul. 2026.

COUTINHO, N. L. F. de A. Avaliação de impacto de políticas de segurança: O caso do programa de serviço voluntário remunerado – Força Tarefa no estado de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/15725>. Acesso em: 15 jul. 2026.

ESPOSTI, M. D. *et al.* Effects of the Pelotas (Brazil) Peace Pact on violence and crime: A synthetic control analysis. *The Lancet Regional Health – Americas*, London, n. 19, p. 100447, 2023.

FERNANDES, J. de O. Unidades de Polícia Pacificadora e aspectos espaciais do crime no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

FERRAZ, C.; MONTEIRO, J.; OTTONI, B. Regaining the monopoly of violence: Evidence from the pacification of Rio’s favelas. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, Working paper, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Y3Ds3T-488MHW8ms3K0fIL5xJeRTOuFK4/view>. Acesso em: 15 jul. 2026.

FERREIRA, R. Uma avaliação do programa das UPPs sobre o seu impacto nas taxas de criminalidade da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FRISCHTAK, C.; MANDEL, B. R. Crime, house, and inequality: The effect of UPPs in Rio. Federal Reserve Bank of New York Staff Reports, New York, n. 542, 2012.



GONÇALVES, G. T. A intervenção federal no Rio de Janeiro: Uma análise através do método de controle sintético. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24127>. Acesso em: 15 jul. 2026.

GUERRA, J.; MONTEIRO, J.; PECANHA, V. Crime prevention through urban requalification and municipal police presence. *Economics Letters*, Amsterdam, n. 254, p. 112448, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2025.112448>. Acesso em: 15 jul. 2026.

GUERRA, M. Less policing, more violence: Evidence from police strikes in Brazil. SSRN, Rochester, 2023. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=5218361. Acesso em: 15 jul. 2026.

GUSMOES, J. D. *et al.* Implementation fidelity of a Brazilian drug use prevention program and its effect among adolescents: A mixed-methods study. *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy*, London, v. 17, n. 71, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13011-022-00496-w>. Acesso em: 15 jul. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, & FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da violência 2025. Rio de Janeiro, 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Avaliação quase-experimental da descentralização policial: O caso da criação das companhias independentes da Polícia Militar no Estado do Espírito Santo. Texto para Discussão 64. Vitória: IJSN, 2023.

KOPITTKE, A. L. W. Manual de segurança pública baseada em evidências: O que funciona e o que não funciona na prevenção da violência. Conhecer: Editora Acadêmica do Brasil, 2023.

KOPITTKE, A. L. W. Segurança pública baseada em evidências: A revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.



KOPITTKKE, A. L. W.; RAMOS, M. P. O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: Uma revisão sistemática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 414–437, 2021.

KOPITTKKE, A. O que funciona em segurança pública? Uma revisão das evidências sobre policiamento eficaz. Instituto Cidade Segura, Porto Alegre, 2024.

KUGLEY, S. *et al.* Searching for studies: A guide to information retrieval for Campbell systematic reviews. *Campbell Systematic Reviews*, Oslo, v. 13, n. 1, p. 1–73, 2016.

LINHARES, F. C.; ARAÚJO, M. V. A. Avaliação de impacto da implementação do Programa de Células de Proteção Comunitária nas taxas de criminalidade em Fortaleza. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DO NORDESTE – ANPEC, 29. ANPEC, 2024.

LOPES, C.; ROSSATO, R. Quando a Polícia Militar vai à escola: Uma avaliação de impacto do programa Escola Segura. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, n. 49, p. e260010, 2023.

LOPES, J. V. B. The Brazilian armed forces and public security on the border: A spatial regression discontinuity design approach. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/80864>. Acesso em: 15 jul. 2026.

LUM, Cynthia; KOPER, Christopher S. Evidence-based policing: translating research into practice. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MADALENO, Maria; WAIGHTS, Sean. Guide to scoring methods using the Maryland Scientific Methods Scale. Londres: What Works Centre for Local Economic Growth, 2015.

MAGALONI, B.; FRANCO VIVANCO, E.; MELO, V. Killing in the slums: Social order, criminal governance, and police violence in Rio de Janeiro. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 114, n. 2, p. 552–572, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003055419000856>. Acesso em: 15 jul. 2026.



MAGALONI, Beatriz; FRANCO VIVANCO, Eduardo; MELO, Vanessa. Killing in the slums: An impact evaluation of police reform in Rio de Janeiro. Stanford: Stanford King Center on Global Development, Working Paper 556, 2015.

MAGALONI, Beatriz; MELO, Vanessa; ROBLES, Gustavo; EMPINOTTI, Gabriela. How body-worn cameras shape police behavior: Evidence from a randomized controlled trial in Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University, 2019. Working Paper.

MAIA, I. de A. R.; MARINHO, A. Uma nota sobre o impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no município do Rio de Janeiro com o uso de controle sintético. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 75, n. 1, p. 15–28, 2021.

MANCHA, A.; WEINTRAUB, M.; MONTEIRO, J. A new path to police reform? Effects of a new police squad in Ceará, Brazil. SSRN, Rochester, 2025. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=5366101>. Acesso em: 15 jul. 2026.

MARCOLINO, A. C. F.; TAVARES, G. M. Impacto do uso das câmeras operacionais nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial na Polícia Militar do Estado de São Paulo. In: ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD, 46. ANPAD, 2022.

MENEZES, A. A. S. *et al.* Examining racial differences in the effects of the Brazilian state-level police substance use prevention program in schools: A cluster-randomized controlled trial. Journal of Racial and Ethnic Health Disparities, New York, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40615-025-02619-y>. Acesso em: 15 jul. 2026.

MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. PLoS Medicine, San Francisco, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.

MONTEIRO, J. *et al.* An experimental evaluation of hot spot policing in Brazil. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2023.

MONTEIRO, J. *et al.* Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2022.



MONTINI, F.; MONTE, E. Z.; BECKER, K. L. Violência letal nos municípios do Espírito Santo: Uma avaliação de impacto do Programa Estado Presente (2011–2014). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. e53575514, 2025.

OLIVEIRA, T. R. Aggressive policing and undermined legitimacy: Assessing the impact of police stops at gunpoint on perceptions of police in São Paulo, Brazil. *Journal of Experimental Criminology*, Amsterdam, 2022.

ORDÓÑEZ, A. R. N.; BIGLIAZZI, G. C.; PACHECO, V. H. B. O impacto da política de UPP sobre a criminalidade violenta no município do Rio de Janeiro: Uma análise a partir de controle sintético. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 114–141, 2020.

OTTONI, B. Três ensaios em microeconometria sobre crime, política e migração. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, London, 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 15 jul. 2026.

PARFITT, R.; PANTALEÃO, B. Violence reduction and population mental health: Evidence from a police reform in Brazil. SSRN, Rochester, 2025. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=5368229. Acesso em: 15 jul. 2026.

PARFITT, R.; PANTALEÃO, B.; WINOGRON, A. Police autonomy, data-driven strategy, and violence: Evidence from Brazil's policing reform. SSRN, Rochester, 2025. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=5054958>. Acesso em: 15 jul. 2026.

PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V.; AZEVEDO, J. P. Prevenção e controle de homicídios: Uma avaliação de impacto no Brasil. UFMG: CEDEPLAR, 2008.

PEREIRA FILHO, O. A. Três ensaios sobre mensuração de eficiência e avaliação de impacto em serviços de segurança pública no Brasil. Tese (Doutorado em Economia)



– Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/20060>. Acesso em: 15 jul. 2026.

PEREIRA FILHO, O. A.; SOUSA, M. de C. S. de; ALVES, P. F. Avaliação de impacto das guardas municipais sobre a criminalidade com o uso de tratamentos binários, multivalorados e contínuos. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, n. 72, p. 515–544, 2018.

PEROVA, E.; REYNOLDS, S. A. Women’s police stations and intimate partner violence: Evidence from Brazil. *Social Science & Medicine*, Amsterdam, n. 174, p. 188–196, 2017.

PINKER, S. *Enlightenment Now: The Case for Reason, Science, Humanism, and Progress*. New York: Viking, 2018.

RAMOS, M. P. *Pesquisa social: Abordagem quantitativa com uso do SPSS*. Escritos, Porto Alegre, 2014.

RICHARDSON, W. S. *et al.* The well-built clinical question: A key evidence-based decision. *ACP Journal Club*, Philadelphia, v. 123, n. 3, p. A12–A13, 1995.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANCHEZ, Z. M. *et al.* Effectiveness of a school-based substance use prevention program taught by police officers in Brazil: Two cluster randomized controlled trials of the PROERD. *International Journal of Drug Policy*, Amsterdam, n. 98, p. 103413, 2021.

SANTOS, A. G. *Ensaio sobre economia do crime: Avaliação de impacto do Pacto Pelotas pela Paz e Operação Pulso Firme*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

SANTOS, C. M. da C.; PIMENTA, C. A. de M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 508–511, 2007.

SANTOS, J. M. A. dos *et al.* Mais polícia, menos crime: Evidências para o Programa Em Frente, Brasil de combate à criminalidade violenta. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 20. ABER, 2022.

SCHIAVON, Laura de Carvalho. Breaking the cycle: the impact of legal reforms on domestic violence. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2017. p. 76–107. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Laura_de_Carvalho_Schiavon.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

SCRIPILLITI, E. A. O. Crimes nos municípios paulistas: Um estudo acerca dos condicionantes socioeconômicos e demográficos que contribuem para maior criminalidade e quais os efeitos das diferentes políticas municipais de segurança para o combate à criminalidade. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SHERMAN, L. W. Evidence-based policing. Ideas in American Policing. Washington, D.C.: Police Foundation, 1998.

SHERMAN, L. W. The rise of evidence-based policing: Targeting, testing, and tracking. Chicago: University of Chicago, 2013.

SHERMAN, L. W.; GOTTFREDSON, D. C.; MACKENZIE, D. L.; ECK, J.; REUTER, P.; BUSHWAY, S. Preventing crime: What works, what doesn't, what's promising. Washington: National Institute of Justice, U.S. Department of Justice, 1997.

SILVA, A. A. D. da. Impacto do programa Paraíba Unida pela Paz: Uma avaliação sobre os crimes violentos. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SILVA JÚNIOR, E. W. da. Avaliação de impacto do Programa RS Seguro por meio da abordagem do controle sintético. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Insper, 2023.



SILVA, B. F. A. da (coord.) *et al.* Relatório final – Projeto Homicídios no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

SILVEIRA, A. M. *et al.* Impact of the Staying Alive Program on the reduction of homicides in a community in Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, 2010.

SOARES, R. R.; VIVEIROS, I. Organization and information in the fight against crime: An evaluation of the integration of police forces in the state of Minas Gerais, Brazil. *SSRN Electronic Journal*, Rochester, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.1696894>. Acesso em: 15 jul. 2026.

SOUZA, P. I. M. de. Brasil Mais Seguro: Avaliação de impacto do programa nos estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte (2008-2018). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

TEALDE, E. The impact of police presence on drug-trade-related violence. Working paper. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/123332/1/63f-da89e4c4ac.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2026.

TEIXEIRA, P. M. O impacto da UPP em indicadores educacionais. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TROMBKA, M. *et al.* Mindfulness training improves quality of life and reduces depression and anxiety symptoms among police officers: Results from the POLICE Study—A multicenter randomized controlled trial. *Frontiers in Psychiatry*, Lausanne, n. 12, p. 624876, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.624876>. Acesso em: 15 jul. 2026.

UNITED KINGDOM HOME OFFICE. The impact of drug-related law enforcement activity on serious violence and homicide: A systematic review. London: Home Office, 2024.

VALENTE, J. Y.; COGO-MOREIRA, H.; SANCHEZ, Z. M. Applying a pattern-centered approach to assess the effect of a school-based drug use prevention program in



Brazil: A cluster randomized controlled trial. *Journal of Primary Prevention*, New York, v. 43, n. 4, p. 529–548, 2022.

VALENTE, J. Y.; SANCHEZ, Z. M. Short-term secondary effects of a school-based drug prevention program: Cluster-randomized controlled trial of the Brazilian version of DARE's Keepin' it REAL. *Prevention Science*, New York, v. 23, n. 1, p. 10–23, 2022.

VASCONCELLOS, E. P.; JORGE, M. A. Avaliação do projeto “Em Frente Brasil”, em São José dos Pinhais/PR (2019–2021) sob a ótica da economia do crime. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 240–265, 2025.

VAZ, B. O. E.; CALDAS, E. A. R. M. A avaliação do impacto da Companhia Integrada de Polícia de Proximidade (CIPP). *Revista Econômica*, Niterói, v. 19, n. 2, p. 87–110, 2017.

VITAL, T. M. Uma análise de impacto da guarda municipal no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6892/1/tauamagalhaesvital.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2026.

WELSH, B. C.; FARRINGTON, D. P. (ed.). *The Oxford handbook of crime prevention*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Apêndice A

O que é cada tipo de programa

Este apêndice descreve, em linguagem simples, os 24 tipos de programa analisados na revisão. As definições explicam **o que cada programa é** — a classificação sobre o que funciona ou não está nas tabelas de resultados, ao longo do relatório. O número entre parênteses indica quantos estudos avaliaram aquele tipo de programa.

■ Programas territoriais integrados e de gestão

Ações Territoriais Integradas em Comunidades Vulneráveis (18 estudos) — Reúnem, num mesmo território, ações de prevenção social, melhorias urbanas e policiamento, com foco em comunidades vulneráveis dominadas por grupos criminais. A revisão agrupou aqui as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs/RJ), o Fica Vivo! (MG), os Territórios da Paz do Pronasci e o Conjunto de Estratégias de Prevenção (CEP/RJ).

Gestão por Resultados (11 estudos) — Modelo de gestão em que a instituição define metas claras (por exemplo, reduzir homicídios), acompanha indicadores com frequência, cobra resultados dos gestores e, por vezes, oferece incentivos. Inclui programas como Estado Presente (ES), IGESP (MG), RS Seguro, Pacto Pela Vida (PE) e Paraíba Unida pela Paz (PB).

Plano Municipal Integrado (1 estudo) — Plano em que o município coordena, de forma articulada, diferentes órgãos e ações de segurança e prevenção. O caso avaliado foi o Pacto Pelotas Pela Paz (RS).

■ Estratégias de policiamento ostensivo e investigativo

Policiamento em pontos quentes (3 estudos) — Concentra o patrulhamento nos poucos microlocais (ruas, quarteirões) em que o crime se acumula, partindo

da constatação de que a criminalidade não se distribui de forma uniforme pela cidade. Exemplos: RAI0 (CE) e o Experimento de Curitiba (PR).

Dissuasão focada (2 estudos) — Identifica o pequeno grupo de pessoas responsável pela maior parte da violência e comunica, de forma direta e coordenada, que novos crimes terão resposta rápida e certa — oferecendo, ao mesmo tempo, apoio e alternativas a quem deixar a violência. No Brasil, a Operação Pulso Firme (RS).

Policiamento comunitário (3 estudos) — Aproxima a polícia da comunidade por meio de presença constante, diálogo e solução conjunta de problemas, buscando construir confiança e legitimidade. Exemplos: Células de Proteção Comunitária (CE) e a Companhia Integrada de Polícia de Proximidade.

Saturação (2 estudos) — Concentra, por um período, um grande contingente policial numa área para inibir crimes. Avaliada a partir do programa Em Frente, Brasil (PR).

Blitz (1 estudo) — Pontos fixos de abordagem em que a polícia para veículos e pessoas para fiscalizar documentos e apreender armas e drogas. Avaliadas *blitze* policiais no Ceará.

Revista policial (1 estudo) — Abordagem e busca pessoal de indivíduos em via pública. Avaliada a partir de experiência em São Paulo.

Investigação de homicídios (1 estudo) — Fortalece a capacidade da polícia de investigar e esclarecer homicídios, elevando a taxa de solução dos casos. Avaliada a partir do programa Brasil Mais Seguro.

Pagamento da folga (1 estudo) — Remunera policiais para trabalharem voluntariamente em seus dias de folga, ampliando a presença policial nas ruas. Avaliado a partir do Serviço Voluntário Remunerado — Força Tarefa (AL).

■ Tecnologia, dados e canais de denúncia

Câmeras de corpo (5 estudos) — Câmeras acopladas ao uniforme dos policiais que registram as interações com o público, com o objetivo de aumentar a transparência, melhorar as provas e reduzir o uso da força. Exemplo: programa Olho Vivo (SP).

Melhoria dos sistemas de análise criminal (2 estudos) — Sistemas que reúnem e georreferenciam dados de criminalidade para orientar as decisões de policiamento. Avaliados a partir do INFOCRIM (SP).

Disque Denúncias (1 estudo) — Canal telefônico que permite ao cidadão denunciar crimes de forma anônima. Avaliado em São Paulo.

■ Violência contra as Mulheres (VCM)

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) (3 estudos) — Delegacias voltadas ao atendimento e à investigação de crimes contra a mulher, com equipes preparadas para acolher as vítimas, ampliar os registros e enfrentar a violência de gênero.

■ Saúde Mental dos Profissionais da Segurança

Mindfulness (2 estudos) — Intervenções de atenção plena (meditação e manejo do estresse) voltadas ao cuidado da saúde mental e da qualidade de vida dos próprios policiais.

■ Arranjos institucionais e forças de segurança

Guarda Municipal (5 estudos) — Força de segurança do município. A revisão analisou tanto a criação de guardas municipais quanto o seu armamento, em diferentes estados e em âmbito nacional.

Intervenção Federal (2 estudos) — Medida em que o governo federal assume o comando da segurança pública de um estado. O caso avaliado foi a intervenção no Rio de Janeiro (2018).

Forças Armadas na área de fronteira (1 estudo) — Emprego das Forças Armadas com poder de polícia nas regiões de fronteira. Avaliado em dez estados fronteiriços.

Greve policial (2 estudos) — Não é um programa, mas uma paralisação dos policiais. É analisada como um “experimento natural”, que mostra o que acontece com a violência quando o policiamento é interrompido. Casos do Ceará e da Bahia.

Descentralização administrativa (1 estudo) — Dá mais autonomia administrativa e operacional às unidades locais da polícia, aproximando as decisões da realidade de cada área. Avaliada a partir das Companhias Independentes da Polícia Militar (ES).

■ Prevenção, educação e saúde dos policiais

PROERD (5 estudos) — Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: policiais dão aulas nas escolas para prevenir o uso de drogas e comportamentos violentos entre crianças e adolescentes. É a versão brasileira do modelo norte-americano D.A.R.E.

Policiais da reserva em escola (1 estudo) — Coloca policiais da reserva nas escolas com funções de segurança. Avaliado a partir do programa Escola Segura (PR).

Apêndice B — Estudos incluídos, por eixo, tema e tipo de programa

Eixo	Tipo de programa	Nº	Programa avaliado	Estado(s)	Referência
Estratégias de Policiamento	Ações Territoriais Integradas em Comunidades Vulneráveis	1	Conjunto de Estratégias de Prevenção (CEP)	Rio de Janeiro (RJ)	Guerra; Monteiro; Peçanha (2025)
		2	PRONASCI — Territórios da Paz	Nacional (26) + Distrito Federal (DF)	Castro; Justus; Kassouf (2021)
		3	Fica Vivo!	Minas Gerais (MG)	Peixoto; Andrade; Azevedo (2008)
		4		Minas Gerais (MG)	Silveira et al. (2010)
		5		Minas Gerais (MG)	Silva, B. F. A. da (coord.) (2016)
		6	Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (UPPs)	Rio de Janeiro (RJ)	Frischtak; Mandel (2012)
		7		Rio de Janeiro (RJ)	Butelli (2012)
		8		Rio de Janeiro (RJ)	Ferreira (2013)
		9		Rio de Janeiro (RJ)	Otoni (2014)
		10		Rio de Janeiro (RJ)	Butelli (2015)
		11		Rio de Janeiro (RJ)	Magaloni; Franco Vivanco; Melo (2015)
		12		Rio de Janeiro (RJ)	Teixeira (2017)
		13		Rio de Janeiro (RJ)	Fernandes (2018)
		14		Rio de Janeiro (RJ)	Tealde (2019)
		15		Rio de Janeiro (RJ)	Ferraz; Monteiro; Otoni (2020)
		16		Rio de Janeiro (RJ)	Magaloni; Franco Vivanco; Melo (2020)
		17		Rio de Janeiro (RJ)	Ordóñez; Bigliazzi; Pacheco (2020)
		18		Rio de Janeiro (RJ)	Maia; Marinho (2021)

Eixo	Tipo de programa	Nº	Programa avaliado	Estado(s)	Referência
Estratégias de Policiamento	Policiamento em pontos quentes	1	RAIO (Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas)	Ceará (CE)	Mancha; Weintraub; Monteiro (2025)
		2	Experimento de Curitiba	Paraná (PR)	Monteiro et al. (2023)
		3	Pacto Pelotas pela Paz	Rio Grande do Sul (RS)	Santos, A. G. (2022)
	Policiamento comunitário	1	Células de Proteção Comunitária (CPC)	Ceará (CE)	Linhares; Araújo (2024)
		2	Policiamento comunitário — Experimento Metaketa	Santa Catarina (SC)	Blair et al. (2021)
		3	Companhia Integrada de Polícia de Proximidade (CIPP)	Rio de Janeiro (RJ)	Vaz; Caldas (2017)
	Dissuasão focada	1	Pacto Pelotas pela Paz	Rio Grande do Sul (RS)	Esposti et al. (2023)
		2	Operação Pulso Firme	Rio Grande do Sul (RS)	Santos, A. G. (2022)
	Saturação	1	Em Frente, Brasil — São José dos Pinhais	Paraná (PR)	Vasconcellos; Jorge (2025)
		2	Em Frente, Brasil	Paraná (PR)	Santos, J. M. A. et al. (2022)
	Greve policial	1	Greves policiais no Brasil	Ceará (CE) e Bahia (BA)	Guerra, M. (2023)
		2	Greve da Polícia Militar (2020)	Ceará (CE)	Aziani (2022)
	Blitz	1	Blitze policiais	Ceará (CE)	Carvalho; Guerra (2025)
	Investigação de homicídios	1	Brasil Mais Seguro	Alagoas (AL), Sergipe (SE), Paraíba (PB) e Rio Grande do Norte (RN)	Souza, P. I. M. de (2023)
	Forças Armadas na área de fronteira	1	Forças Armadas com poder de polícia nas fronteiras	Acre (AC), Amazonas (AM), Roraima (RR), Rondônia (RO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Amapá (AP), Pará (PA), Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS)	Lopes, J. V. B. (2025)

Eixo	Tipo de programa	Nº	Programa avaliado	Estado(s)	Referência
Gestão do Policiamento	Gestão por Resultados	1	Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP)	Minas Gerais (MG)	Soares; Viveiros (2021)
		2	RS Seguro	Rio Grande do Sul (RS)	Silva Júnior (2023)
		3		Rio Grande do Sul (RS)	Cardoso (2024)
		4	Reforma de Gestão por Resultados (RBM)	Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Espírito Santo (ES), São Paulo (SP), Ceará (CE), Alagoas (AL)	Parfitt; Pantaleão (2025)
		5	Reforma de Gestão por Resultados	São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Paraíba (PB), Espírito Santo (ES), Alagoas (AL), Ceará (CE) + Distrito Federal (DF)	Parfitt; Pantaleão; Wino-gron (2025)
		6	Polícia de Resultados (PMMG)	Minas Gerais (MG)	Beato Filho; Silva; Tavares, 2008
		7	Programa Estado Presente	Espírito Santo (ES)	Montini; Monte; Becker (2025)
		8		Espírito Santo (ES)	Cerqueira et al. (2020)
		9	Paraíba Unida pela Paz (PUP)	Paraíba (PB)	Brito; Araújo (2021)
		10		Paraíba (PB)	Silva, A. A. D. da (2021)
		11	Pacto Pela Vida (PPV)	Pernambuco (PE)	Barros Jr. et al. (2022)
	Guarda Municipal	11	Implementação da guarda municipal	Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP)	Vital (2018)
		2	Criação de guardas municipais	24 estados — exceto Bahia (BA) e Amazonas (AM)	Pereira Filho; Sousa; Alves (2018)
		3	Guarda municipal (políticas municipais de segurança)	São Paulo (SP)	Scripilliti (2006)
		4	Guarda municipal	Nacional (26) + Dis-trito Federal (DF)	Pereira Filho (2016)



Eixo	Tipo de programa	Nº	Programa avaliado	Estado(s)	Referência
Gestão do Policiamento	Guarda Municipal	5	Armamento de guardas municipais	Nacional (26)	Arvate; Souza (2022)
	Intervenção Federal	1	Intervenção Federal (2018)	Rio de Janeiro (RJ)	Gonçalves (2020)
		2	Intervenção Federal (2018)	Rio de Janeiro (RJ)	Bevilaqua; Menezes (2023)
	Sistemas de informação criminal	1	INFOCRIM	São Paulo (SP)	Cabral (2016)
		2	INFOCRIM	São Paulo (SP)	Almeida; Castro (2019)
	Plano Municipal Integrado	1	Pacto Pelotas pela Paz	Rio Grande do Sul (RS)	Esposti et al. (2023)
	Descentralização administrativa	1	Companhias Independentes da Polícia Militar	Espírito Santo (ES)	Instituto Jones dos Santos Neves (2023)
	Pagamento da folga	1	Serviço Voluntário Remunerado — Força Tarefa (PMAL)	Alagoas (AL)	Coutinho (2024)
Violência Contra as Mulheres	DEAM	1	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	Nacional (26) + Distrito Federal (DF)	Arvate et al. (2022)
		2	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	Rio de Janeiro (RJ)	Schiavon (2017)
		3	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	Nacional (26) + Distrito Federal (DF)	Perova; Reynolds (2017)
Saúde Mental dos Policiais	Mindfulness	1	POLICE Study	Rio Grande do Sul (RS) e São Paulo (SP)	Trombka et al. (2021)
		2	Sensibilização vivencial — Programa Delegacia Legal	Rio de Janeiro (RJ)	Andrade; Sousa; Minayo (2009)

Eixo	Tipo de programa	Nº	Programa avaliado	Estado(s)	Referência
Prevenção	PROERD	1	PROERD — experi-mento	São Paulo (SP)	Sanchez et al. (2021)
		2	PROERD — seguimento	São Paulo (SP)	Sanchez et al. (2021)
		3	PROERD — abordagem centrada em padrões	São Paulo (SP)	Valente; Cogo-Moreira; Sanchez (2022)
		4	PROERD — efeitos secundários (Keepin’ it REAL)	São Paulo (SP)	Valente; Sanchez (2022)
		5	PROERD — diferenças raciais	São Paulo (SP)	Menezes et al. (2025)
	Policiais da reserva em escola	1	Escola Segura	Paraná (PR)	Lopes; Rossato (2023)
Uso da força, percepção de segurança e legitimidade	Câmeras de corpo	1	Programa Olho Vivo — COP	São Paulo (SP)	Marcolino; Tavares (2022)
		2	Câmeras corporais da PMESP	São Paulo (SP)	Monteiro et al. (2022)
		3	Câmeras corporais	São Paulo (SP)	Costa; Chaves (2025)
		4	Câmeras corporais em SC	Santa Catarina (SC)	Barbosa et al. (2021)
		5	Câmeras corporais no Rio	Rio de Janeiro (RJ)	Magaloni et al. (2019)
	Revista policial	1	Abordagem e busca pessoal em via pública	São Paulo (SP)	Oliveira (2022)

Distribuição por eixo

Eixo	Tipos de programa	Linhas (estudo × programa)
Estratégias de Policiamento	9	33
Gestão do Policiamento	8	24
Violência Contra as Mulheres	1	3
Saúde Mental dos Policiais	1	2

Eixo	Tipos de programa	Linhas (estudo × programa)
Prevenção	3	8
Uso da força, percepção de segurança e legitimidade	2	6
Total	24	76

Notas

Total: 76 linhas e 73 estudos distintos. Três estudos alimentam mais de um tipo de programa — Esposti et al. (2023) e Santos, A. G. (2022), ambos sobre o Pacto Pelotas pela Paz, e Scripilliti (2006), que avalia guarda municipal, Disque Denúncia e Lei Seca no mesmo trabalho. A diferença para os 74 estudos declarados no relatório depende de Sanchez et al. (2021), que reporta dois ensaios: se contar como dois estudos, o total fecha em 74.

Células destacadas em laranja indicam referências acrescentadas ou corrigidas em relação à prova, ou correspondências que ainda precisam ser confirmadas junto à planilha de extração.

Os eixos agrupam os programas pelo que a intervenção é, não pelo desfecho que ela mede. Um programa pode produzir resultados em temas de outros eixos: as câmeras de corpo, por exemplo, geram desfechos de violência contra as mulheres, e as Ações Territoriais Integradas geram desfechos de uso da força. As tabelas de resultado continuam organizadas por desfecho.

O tipo de programa “Lei Seca”, que aparece na tabela de roubos e furtos (p. 17), não consta desta lista porque não está definido no Apêndice A e recai sobre o critério de exclusão de estudos que analisam apenas efeitos de leis (p. 25). Sua única fonte possível é Scripilliti (2006).



SEGURANÇA & EVIDÊNCIAS

CENTRO BRASILEIRO DE SEGURANÇA
PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

3ª EDIÇÃO

CONHEÇA A MAIOR PLATAFORMA DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS DO BRASIL.

→ CURSOS BASEADOS EM CIÊNCIA • FOCO EM RESULTADOS • IMPACTO REAL



Todos os cursos
do lançamento
(+ o gratuito),
por 12 meses



Novos cursos
adicionados
no período,
sem custo extra



Certificado do
Instituto Cidade
Segura



Gravação dos
2 dias do Encontro,
por 7 dias

SEGURANÇA & EVIDÊNCIAS

- Início
- Academia
- Comunidade
- Eventos
- Grupo de Estudos
- Grupos WhatsApp
- Quem Somos
- Recursos

ÁREA DO ALUNO

Alberto W.
Ver meu perfil

CURSO²
**POLICIAMENTO
EM PONTOS**

CURSO³
**SAÚDE MENTAL DE
POLICIAIS**

CURSO¹
**GESTÃO POR
RESULTADO**



Mais de 210 horas
certificadas



Conteúdo 100%
baseado em evidências



Formação com quem
é referência no tema

uma iniciativa do Instituto Cidade Segura

Uma iniciativa

